

## ***O Bem Amado e a Divisão de Censura de Diversões Públicas***

Denise Rollemberg

Em 1972, a Rede Globo enviou para a Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão do Departamento de Polícia Federal, a sinopse da novela “Odorico, O Bem Amado”, de Dias Gomes para *apreciação*.<sup>1</sup> Aprovada, a novela foi ao ar em janeiro do ano seguinte. O público acompanharia com grande interesse até outubro os 177 capítulos da história do prefeito mau-caráter de Sucupira, pequena cidade do Nordeste, que não conseguia inaugurar sua obra, o cemitério, por falta de defunto. Depois de mil e uma tentativas fracassadas, o cemitério foi inaugurado, no último capítulo, com a morte do próprio prefeito. O fim do bem amado – da novela e do personagem - não impediu o ressurgimento do personagem e, até certo ponto da novela, transformada em 1980 em seriado. Lá estava o falecido no primeiro episódio, levantando da cova sob o olhar perplexo de Tião Moleza, o coveiro. O sucesso da novela e dos personagens, em particular, do prefeito imortalizado pelo ator Paulo Gracindo, fez o milagre da ressurreição. Por mais quatro anos, entre 1980 e 1984, através de 220 episódios, o telespectador conviveria semanalmente com o universo de Sucupira, suas histórias e seus tipos humanos.<sup>2</sup>

Em outra oportunidade, trabalhei questões referentes à novela e à ida do conhecido autor de teatro, rádio e cinema<sup>3</sup>, membro do PCB, para a Globo, no contexto do AI-5. Dias Gomes havia sido cassado no primeiro AI, em 1964, quando era diretor artístico da Rádio Nacional.<sup>4</sup>

Aqui, pretendo acompanhar a troca de documentação entre a produção da novela e a Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão da Polícia Federal.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Rede Globo de Televisão. Central Globo de Produções. Script para apreciação da Censura. “Odorico, O Bem Amado” (a confirmar). Autor: Dias Gomes. S/data, 8 pp. O documento encontra-se no Arquivo Nacional-DF, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. O documento da Divisão de Censura de Diversões Públicas, em resposta à Rede Globo, indica que data de 1972.

<sup>2</sup> Uma reedição de sessenta capítulos da novela já havia sido exibida entre janeiro e junho de 1977.

<sup>3</sup> Refiro-me aqui ao filme *O pagador de promessas*, de 1962, dirigido por Anselmo Duarte. A adaptação de sua peça de teatro de mesmo título pelo próprio Dias Gomes.

<sup>4</sup> “Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem-Amado* de Dias Gomes.”

<sup>5</sup> A partir daqui, para simplificar, vou me referir à Divisão de Censura de Diversões Públicas simplesmente como Censura, com maiúscula.

Como sabemos, durante os anos de ditadura, imprensa e produção artística estiveram submetidas à censura prévia, com base nos decretos nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946, nº 51.134, de 3 de agosto de 1961 e nº tal de 1970???.<sup>6</sup> Sendo *obra aberta*<sup>7</sup>, escrita ao longo de meses em função de sua repercussão junto ao público e dos interesses dos patrocinadores, emissora e produção, os capítulos da novela eram submetidos aos poucos à Censura, que, por sua vez, ia liberando-os com ou sem cortes.

A documentação aqui analisada é, portanto, de três tipos:

- 1) Os scripts dos 177 capítulos, cuja leitura é possível no Centro de Documentação da Globo; trata-se do material enviado, num primeiro momento, para a Censura; se os scripts foram refeitos na Globo em função dos cortes, eles não foram localizados nem emissora nem no fundo da Divisão de Censura no AN/DF; tampouco encontrei os scripts com os cortes assinalados em vermelho, como informa a documentação, que teriam sido devolvidos à Globo. Ainda nesta tipologia de fontes, temos a sinopse da trama central e de seus personagens submetido pela Globo no ano anterior, 1972. Em menos de 10 páginas, continha o início, o meio e o fim de uma história que produziria milhares de páginas. A sinopse está no Fundo da Divisão de Censura no AN/DF.
- 2) Outro tipo de fonte diz respeito ao conjunto dos encaminhamentos da emissora à Censura e os pareceres desta, nos quais há as indicações dos cortes ou simplesmente a liberação sem alterações.
- 3) Por fim, temos, evidentemente, os capítulos como imagem, resultado final deste processo, assim como de um longo percurso que envolveu o trabalho de diretores, atores e atrizes, cenógrafo, iluminador, figurinista, produtores, trilha sonora, técnicos etc. Concretamente, é este produto que chegará à casa do telespectador, vetor final de inúmeras forças, cujo ponto de partida fora o texto do autor.

Alguns esclarecimentos quanto às fontes ainda são necessários:

- 1) No que diz respeito aos capítulos-imagem, tive acesso apenas a um número restrito, 15 capítulos, no Centro de Documental da Rede Globo (CEDOC). Além destes, pude assistir a algumas seqüências de capítulos disponíveis na internet.
- 2) Embora os scripts refeitos e os assinalados pelo censor não tenham sido encontrados, os cortes são descritos, indicados (o assunto e sua localização nas páginas dos scripts) e,

---

<sup>6</sup> Para o assunto, ver Beatriz Kushnir.

<sup>7</sup> Para a produção de novelas de TV, ver Renato Ortiz.

algumas vezes, comentados nos pareceres da Divisão de Censura, o que nos permite uma identificação dos assuntos e situações inaceitáveis aos olhos do regime.

Aqui, vale um parêntese: nenhum capítulo foi simplesmente censurado na íntegra. Ou foram liberados com as restrições de horário e faixa etária ou liberados com cortes precisos (indicando-se os assuntos e sua localização nas páginas). Esta observação procede se lembrarmos que dois anos mais tarde, em 1975, já no governo Geisel – e iniciada a distensão política - a própria Globo e o mesmo autor veriam a novela Roque Santeiro censurada, totalmente, só sendo exibida na TV dez anos depois, no fim do período ditatorial.

Assim, a intenção do presente texto é acompanhar a troca de documentação - scripts e pareceres - entre a Globo e a Censura, entre 1972, quando a sinopse foi encaminhada, e outubro de 1973, quando o público assistiu ao último capítulo da novela. Pretendo, igualmente, trabalhar esta produção artística de Dias Gomes – a novela *O Bem Amado* -, a partir de seu texto, centrando-me, sobretudo, na realidade à qual estava submetido: intelectual e escritor comunista, na Globo, sob a ditadura e, em particular, sob o governo Médici. Para além – ou aquém – desta realidade, interessa-me também, sempre em função deste texto, identificar visões de mundo, conceitos e pré-conceitos de um homem de seu tempo. Em outras palavras, se a documentação da Censura nos fala das percepções do regime acerca do que se podia ou não veicular publicamente – como arte e/ou entretenimento -, o texto de Dias Gomes, presente aqui como scripts de uma novela, permite perceber o imaginário do autor - e da época - sobre diversos comportamentos, costumes, práticas etc. Não se trata, portanto, de uma análise da imagem (o vetor final) como fonte histórica a partir de referenciais teóricos e dos recursos metodológicos disponíveis ao historiador. Antes, estou interessada na *criação* de Dias Gomes – escritor e intelectual - para um público de televisão (que se ampliara ao nível nacional), na conjuntura do governo Médici, consciente de que ela (criação) passaria pelas restrições da Censura, pelos interesses da emissora (obra aberta), pelo processo de produção (direção, atores etc.) até se transformar em imagem.

## A sinopse

A Globo pretendia passar “Odorico, o Bem Amado” às 20 horas. A novela foi liberada para esse horário ou para maiores de 12 anos, sendo que, como veremos adiante, alguns itens deveriam ser *observados*. Os nomes da novela, de personagens e da cidade, assim como o horário, seriam alterados já no momento da estréia e, com o desenrolar da novela, situações foram sendo mudadas, como se espera numa obra aberta. A estrutura da trama permaneceu. O ano em que a história se passava fora especificado logo no início da sinopse: 1960. Sucupira era Girassol, no Vale do Sol. O prefeito chamava-se Odorico Osório da Boa Morte e não Odorico Paraguaçu, eleito com a promessa de construção do cemitério. “Cinquentão”, “simpático”, “bem falante”, latifundiário e dono da companhia de água mineral, viúvo, capaz de exercer “estranho fascínio sobre as mulheres, principalmente as mal-amadas”, Odorico não tivera dificuldades para eleger-se, apoiado “por elas e também por grande parte da população.” Esta realidade não impedia que as pichações contra ele aparecessem nos muros do cemitério. “Mal-amadas”, expressão comum na época para se referir a mulheres insatisfeitas sexualmente por seus homens ou por falta deles. A eles a responsabilidade do prazer feminino. As três irmãs, Dona Cotinha, Dona Durvalina e Dona Loló, sintetizarão a relação das “mal-amadas” com o prefeito, entre fascínio e submissão e, no caso da irmã mais nova, *histeria*. Duas delas eram solteiras, ou solteironas, como se dizia na mesma sintonia do “mal-amadas”, e outra era casada com um marido que se submetera a voto de castidade. Na perspectiva do autor, em sintonia, por sua vez, com a da década de 1970, mulheres vulneráveis à lábia do prefeito cafajeste. As Cajazeiras ganharão outros nomes mais tarde: Dorotéia, Dulcinéia e Judicéia.

Outro arquétipo de mulher aparecerá no personagem Selma, depois, Telma, filha de Odorico, educada na capital, “uma mulher bonita e de idéias nada provincianas sobre o amor”. Não por acaso, será interpretada pela atriz Sandra Bréa, *símbolo sexual* na época. Como veremos, muitos dos cortes e recomendações da Censura recairão justamente nas cenas da *liberada* Telma.

Além da construção do cemitério, o prefeito reabriu o posto de saúde e um médico veio da capital para assumi-lo. Dr. André, que se tornaria Juarez Leão, é o *estrangeiro*, o outsider, que funciona como uma interferência no previsível dia a dia da

cidade. Defenderá os pobres das injustiças e maldades do prefeito que pretendia fazer uso privado do serviço de saúde público, beneficiando amigos e aliados, penalizando inimigos e adversários. Da mesma forma, o médico se mobilizará contra o empresário que explorava os pescadores. Claramente, o personagem é o intelectual que *vai ao povo*, age no sentido de desperta-lo para seus interesses, a *vanguarda*.

Os mandos e desmandos do grande proprietário de terras e senhor local – o coronel e seu coronelismo – parecem naturais aos olhos dos habitantes. Passivos assistiram ao filho de Odorico atear fogo no homem que dormia na calçada coberto por jornais por “diversão”. O médico foi o único a se espantar com o ato e defender a vítima. Veremos nos capítulos um povo pobre e sofrido, passivo e inerte diante do poder, uma constata da novela. Somente a partir da iniciativa do intelectual-vanguarda será capaz de sair desse estado e agir. Ou movido pela cachaça: a mesma vítima do filho do prefeito, que gritava “viva Odorico!” nos comícios, gritará “morra Odorico!” sob os fluidos da bebida. Se Dias Gomes era comunista, era também brasileiro, baiano...

Na seqüência das inúmeras tentativas para arrumar um defunto, o prefeito trouxe à cidade Ordovino Nove Dedos, cangaceiro conhecido no Nordeste, nascido em Girassol, foragido da polícia com dezenas de mortes nas costas. O bandido certamente resolveria o problema. Aí nascia para o grande público o Zeca Diabo, nome com o qual o personagem aparecerá na novela e na história da TV brasileira.<sup>8</sup>

O pequeno jornal da cidade, *O Clarim*, rebatizado com nome mais prosaico no ano seguinte, *A Trombeta*, e o jornalista Maneco (Neco) Pedreira serão os porta-vozes da oposição. Colocam a boca no mundo para denunciar a gestão e as arbitrariedades de Odorico. Naturalizados, aí estão o papel e a prática da imprensa e do jornalista ante o arbítrio.

Dirceu Borboleta, rádio-telegrafista da cidade, o marido da Cajazeira que fez voto de castidade, assim era conhecido por caçar e colecionar borboletas. Na trama apresentada na sinopse, assassinava a esposa, a partir da intriga que Odorico criou de que ela teria um caso com Maneco Pedreira. Imaginou que o crime passional renderia o defunto para a inauguração do cemitério e, de quebra, o jornalista da oposição “ficaria mal diante da opinião pública”. O jornalista, não o assassino.... Os conhecidos casos de

---

<sup>8</sup> A primeira criação de Dias Gomes de Odorico, o Bem Amado foi como peça de teatro, em 1962. Cf. Denise Rollemberg, op cit, 2009.

adultérios que ganhariam as páginas da grande imprensa na década de 1970 parecem confirmar esta percepção da época.

Como bom folhetim, o mais surpreendente para o público e, aqui, para o historiador, ficaria reservado para o final da história. Quando a intriga de Odorico é desvendada por Maneco e seu jornal, toda a cidade, inclusive seus aliados políticos, exceto a Cajazeira mais velha, voltam-se contra o prefeito que, disposto a tudo para conseguir inaugurar o cemitério, levava à morte a esposa de Dirceu. (Poderia acrescentar: ... fazendo dele um assassino. Entretanto, esta percepção do fato seria externa à história, aos personagens, ao universo criado por Dias Gomes e, quem sabe, ao próprio público da novela...). Odorico, tentando passar de réu à vítima, arquitetou um plano – “um golpe de audácia”, “uma idéia genial”: simular um atentado à prefeitura, fazendo parecer coisa da oposição. Quebrou tudo, deu tiros na parede e um no próprio pé, literalmente, para tornar o ataque mais verossímil. Entretanto, errou o alvo e a bala atingiu não o seu pé, mas o de ferro da mesa, ricocheteando e atingindo-o no peito. O próprio Odorico, enfim, inauguraria o cemitério.... e mais, sua morte comoveria a todos: seu “espírito público” era tanto que “morrera para dar à cidade uma obra monumental”. Só faltou Dias Gomes terminar sua sinopse dizendo que Odorico saía da vida para entrar na História...

O desfecho, que evoca como paródia o suicídio de Getúlio Vargas, em meio à campanha de difamação da oposição, levando à comoção popular capaz de reverter o quadro de hostilidades, é bem menos evidente na novela. Mesmo porque o “suicídio-paródia” de Odorico, ou seja, o patético tiro no pé que atingiu o coração, transformou-se num assassinato cometido por Zeca Diabo. Foi assim que o prefeito-defunto inaugurou literalmente o cemitério.... Talvez o impacto do suicídio de Getúlio fosse mais presente na memória da geração de Dias Gomes – antigo comunista do PCB e autor de teatro e rádio - e já menos na memória do novo público que ganhara na televisão.

Em 18 de setembro de 1972, o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas encaminhou ao diretor da Rede Globo a avaliação da sinopse. O documento liberou a novela com a “impropriedade para menores de 12 anos ou 20:00h”, listando, contudo, quatro aspectos a serem observados, que podem ser sintetizados em duas recomendações. O “lado cômico” deveria ser enfatizado. Como se as críticas sociais e políticas feitas por meio da comédia fossem, por isso, menos levadas a sério. Sem

trocadilho. Recomendava também “não dar à personagem SELMA um caráter duvidoso do ponto de vista moral como sugere a sinopse” (grifo no original).<sup>9</sup>

Como sabemos, a preocupação com a “moral e os bons costumes” foi alvo da Censura tanto quanto a com a “segurança nacional”. E, veremos adiante, isso não foi diferente no que diz respeito à novela *O Bem Amado*.

#### O parecer-alarme Divisão de Censura de Diversões Públicas

Passados quase 2/3 da novela, quando chegava ao capítulo 113, a Divisão de Censura emitiu parecer com uma avaliação geral da novela, espécie de balanço do que havia ido ao ar até o momento. Nele, seguiam também as indicações dos cortes a serem feitos especificamente nos capítulos 110 a 113.<sup>10</sup> O documento, datado de 22 de junho de 1973, tem a assinatura de Reginaldo Oscar de Castro e Paulo Leite de Lacerda. Destinava-se, provavelmente, ao diretor da DCDP, Rogério Nunes, que atestou o recebimento.

Aqui, os dois eixos que orientavam a censura das diversões públicas aparecem como “recomendações expressas do Exmo. Sr. Diretor Geral do DPF [são] no sentido de não se permitir qualquer alusão desrespeitosa à autoridade constituída, preservando-se, por outro lado, os valores da família, sociedade e bons costumes.” Os pareceristas apontam sem dificuldades a “extrapolação” da “nuance puramente regional”: “as situações afloradas, pelo seu duplo sentido, a essa altura dos acontecimentos, podem ser claramente interpretadas como alusivas à conjuntura nacional, particularizando instituições, pessoas ou mesmo outros valores consagrados.” A novela, portanto, “torna-se inconveniente nos termos ora apresentados.” Seus diálogos, “desrespeitosos e contundentes”. A aparente “irreverência” de um personagem central tornara-se “subversão”, “encarando o líder que polariza os interesses do povo contra o poder corrompido...”. Sem dúvida, o documento referia-se ao médico.

E continua:

---

<sup>9</sup> Documento da Divisão de Censura de Diversões Públicas, assinado pelo diretor da DCDP Rogério Nunes, ao diretor da Rede Globo de Televisão, 457/72-DCDP, de 18/9/72, 1 p. Arquivo Nacional/DF. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas.

<sup>10</sup> Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Parecer n. 4166/73. Brasília, 22 de junho de 1973. Arquivo Nacional/DF. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, 2 pp.

“De outra parte, o comportamento quase geral dos outros componentes materializa esporadicamente críticas veladas e vexatórias à autoridade, tida quase sempre como desmoralizada. A família, por outro lado, é vista sob uma perspectiva desmoralizante, realçando-se aqui a desagregação do lar, a vida livre de quaisquer injunções legais ou morais, a agressividade do jovem, a carência da autoridade paterna, o adultério e o casamento como uma instituição burguesa superada. Do ponto de vista associativo de classe, a cooperativa apresenta-se como uma organização que só beneficia a cúpula dirigente, tese diametralmente oposta à difundida pelo Governo Federal através da AERP.”

Nos intervalos de *O Bem Amado*, certamente, o telespectador assistia ao material de propaganda política da Assessoria Especial de Relações Públicas da presidência da República, conclamando a união e a cooperação de todos os brasileiros para o bem da nação. Se em 1973 faziam sucesso a história e os personagens de Dias Gomes, as mensagens e personagens do coronel Octávio Costa, diretor da AERP, também eram populares.

Assim, o parecer concluía a avaliação:

“... o programa não está ajustado às diretrizes emanadas do Exmo. Sr. Diretor Geral do DPF. A Censura, portanto, no nosso entender, deve advertir a TV, Globo quanto aos aspectos acima abordados, porquanto, se persistirem, novas dificuldades advirão. A emissora terá que admoestar o autor no sentido de evitar tratamento desrespeitoso à autoridade, ainda que no terreno do duplo sentido. Finalmente, “capitão” e “coronel” não podem continuar paralelamente identificando os personagens Zeca Diabo e Odorico, objetivando evitar qualquer analogia com patentes das forças armadas. O termo “meganha” e “macaco” devem ser abolidos, quando se referirem à Polícia Militar.”<sup>11</sup>

O uso das patentes coronel e capitão, assim como os termos pejorativos para se referir à polícia, eram inaceitáveis.

“Libere-se (16 anos, com cortes)”, determinou o diretor da DCDP, Rogério Nunes.

Curiosamente, os próprios signatários do documento, logo no início do parecer, referem-se ao prefeito de Sucupira como o “coronel” Odorico, com aspas... O mesmo ocorreu nos pareceres da Censura dos capítulos 85 a 88, no item “enredo” do formulário-padrão, sem mesmo recorrer elas....ou ainda nos pareceres dos capítulos 95 e 96, ao coronel Cajazeira, sem aspas....ou nos capítulos 100 a 104....

---

<sup>11</sup> Meganha, segundo o Dicionário Houaiss é um substantivo de uso regional e informal para aludir a soldado de polícia.



Mas o interessante mesmo deste documento é a clareza com a qual os censores identificavam os *problemas* da novela. Mais ainda chama a atenção o fato de que os termos e situações passíveis de cortes estavam na novela há 113 capítulos, de janeiro a junho.... Em outro documento, de 1979, anexo ao de renovação de censura da novela, há a lista de todos os cortes feitos na novela, indicando os números dos capítulos e as páginas.<sup>12</sup> Por meio dele pode-se constatar que os cortes praticamente só ocorreram a partir do capítulo 110. Até então, houve apenas cortes pontuais nos capítulos 13, 105 e 107, e em cada um, em uma única página, muito pouco significativos. É a partir do capítulo 110 que serão 34 liberados com cortes em inúmeras páginas de cada um deles.

Daí em diante, quase todos os pareceres serão assinados pelo censor Reginaldo Oscar de Castro, o mesmo que identificou os *inconvenientes* de uma novela que já estava no ar havia um semestre, encaminhando-se para o seu terço final. Os pareceres foram expedidos no formulário-padrão, o mesmo usado para os pareceres dos capítulos que já haviam sido exibidos. Se a partir de então Reginaldo Oscar de Castro será o censor a assinalar inúmeras páginas dos scripts, até então o censor que havia autorizado sem cortes quase 2/3 da novela fora o próprio Paulo Leite de Lacerda, o outro signatário do *parecer-balanço*. Entretanto, este deixará de assinar os pareceres parciais do último terço da novela.

Provavelmente, o *balanço geral*, que soou como alarme na Divisão, foi avaliação de Reginaldo Oscar de Castro e levou ao afastamento daquele que estivera à frente da *apreciação* da novela até aquele momento, Paulo Leite de Lacerda, embora este também o tenha assinado.<sup>13</sup> Vale notar a clareza e a lucidez na identificação dos *problemas* da novela, que descartam interpretações ainda freqüentes na historiografia, no meio jornalístico e no *senso comum*, segundo as quais censores eram ingênuos e pouco dotados de inteligência. Diversos estudos já demonstraram o equívoco desta interpretação, que resguarda atributos como malícia e inteligência exclusivamente para os escritores e artistas atingidos pela Censura. Ver o censor desta maneira é mais uma forma de reagir à censura do que um movimento que contribua para a compreensão de seu funcionamento.

---

<sup>12</sup> Aí, todos os cortes estão listados em 2 páginas; podemos identifica-los igualmente nos vários pareceres referentes a todos os capítulos.

<sup>13</sup> A maior parte dos pareceres relativos a um ou mais capítulos haviam sido assinados até então por Paulo Leite de Lacerda.

As situações e os termos observados e denunciados no parecer-alarme de Reginaldo Oscar de Castro reaparecerão nos scripts dos capítulos seguintes e serão alvo da caneta do censor.

Os cortes no último terço da novela

Como disse, dos 177 capítulos, a Censura liberou 44 com cortes e 133 sem qualquer alteração. Entretanto, a concentração dos cortes se deu no último terço da novela, embora as situações e os termos riscados já estivessem presentes desde o início da novela.

Os cortes referiam-se, pode-se dizer, a dois tipos. De um lado, a situações e termos que debochavam de instituições e da autoridade constituída e apontavam os arbítrios do poder. Na mira do autor, o prefeito, os *coronéis* e o coronelismo, as forças armadas, a polícia, a Igreja, o latifúndio, a propriedade. Na mira da Censura, a crítica do autor. O segundo tipo de corte diz respeito a *moral e bons costumes*, igualmente ironizados e desmoralizados: o casamento, a família, a virgindade, a hipocrisia dos moralistas. A defesa da autoridade (traduzida por segurança nacional) e da moral e dos bons, os dois pilares do regime. Os dois alvos de Dias Gomes. Os dois alvos da Censura.

A Divisão de Censura recorreu ao decreto número 20.493, de 24 de janeiro de 1946, e ao decreto número 51.134, de 3 de agosto de 1961, para riscar os textos recebidos, ambos anteriores ao golpe e à implantação da ditadura.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Quanto ao decreto número 20493, de 24 de janeiro de 1946, está citado o Art. 41 (Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiotelefônica), do Capítulo IV, Do teatro e diversões públicas; os itens citados foram os seguintes: a) contiver qualquer ofensa ao decoro público; b) contiver cenas de ferocidade ou for capaz de sugerir a prática de crimes; c) divulgar ou induzir aos maus costumes; d) for capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes; f) for ofensivo às coletividades ou às religiões; h). induzir ao desprestígio das forças armadas. Não são referidos os itens e) puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos; nem g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacionais.

No que diz respeito ao Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961, é citado o Art. 2º: Não será permitido, no rádio ou na televisão, programa que: V - sirva para explorar a credulidade ou incita a superstição, através da grafologia, do hipnotismo da cartomancia, e da astrologia, etc.; VI - seja motivo de escárnio às regiões e seus ministros ou contenha preconceito de raça ou classe. Não há referência aos seguintes itens: I - contenha cenas imorais expressões indecentes, frases maliciosas, gestos irreverentes, capazes de ofender os princípios de sã moral; II - possa exercer influência nefasta ao espírito infante-juvenil, pelas cenas de crueldade ou desumanidade, de vícios ou crimes; III - contenha efeitos visuais ou auditivos que possam causar alarme ou pânico; IV - explore cenas deprimentes, vícios ou perversões,

O uso das patentes coronel para se referir a Odorico e outros latifundiários poderosos, e capitão a Zeca Diabo era inaceitável. No capítulo 120, chega a aparecer no script a seguinte frase num diálogo: “coronel, raça que precisa desaparecer”. A “visão grotesca” atribuída à polícia e aos policiais, chamados de macacos e meganhas, tampouco era possível. Estes termos são os campeões da caneta vermelha.

Outro assunto que, igualmente, merecia olhar atento relacionava-se à filha do prefeito, Telma. A sua liberdade sexual era um desafio a moral e bons costumes. Preocupavam-se os censores com situações que pudessem “influenciar jovens mal-formados.” Além de cenas de Telma com esta conotação, a do *hippie*, amigo do seu irmão e ex-namorado dela, que *sugere* o fumo de maconha, será riscada.<sup>15</sup> Neste mesmo sentido, estará interdita a cena na qual o *hippie* e o filho do prefeito botam fogo num morador de rua. Todas poderiam “influenciar a [sic] jovens não formados.”<sup>16</sup> Não poderia deixar de observar aqui a caracterização do *hippie*. Dias Gomes o constrói como um idiota, um inútil, encostado na casa do coronel, à sombra do seu filho playboy, com o qual “se divertia” em Sucupira fazendo coisas deste gênero.

Uma questão que preocupou muito os censores diz respeito ao segredo do confessionário. Em dado momento da história, Odorico convenceu Dirceu Borboleta a instalar uma escuta na igreja para saber os pecados da população. A situação criou tensões que se prolongarão por muitos capítulos. Os cortes aí foram precisos.

As situações que punham em xeque o celibato clerical e a instituição do casamento, numa versão nada idealizada das relações entre os cônjuges, chamaram a atenção da Censura. Neste quadro, foi tratado Dirceu com o seu voto de castidade, incapaz de satisfazer a esposa infiel. Aqui, aparece mais uma vez a questão de gênero. O personagem foi caracterizado por Dias Gomes como excessivamente sensível, frágil, nervoso, gago, inseguro, cujo maior prazer era caçar borboletas num mundo à parte da corrupta cidade. Sem explicitá-lo, Dirceu era o homossexual estereotipado da época. Por traz do voto de castidade, livrara-se dos *deveres* de marido e, sobretudo, das

---

anomalias, que possam induzir aos maus costumes, ou sugerir prática de crimes.

<sup>15</sup> Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Parecer n. 652/73 (Cap. 13). Brasília, 2 de fevereiro 1973. Arquivo Nacional/DF. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, 2 pp.

<sup>16</sup> Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Parecer n. 6070/73 (Cap. 145). Brasília, 10 de agosto de 1973. Arquivo Nacional/DF. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, 2 pp.

dificuldades para assumir sua sexualidade. Dirceu-homossexual-fraco-gago-casto, na mesma sintonia das “mal-amadas” e das “solteironas”. Quando Dirceu aventou a possibilidade de se liberar do voto para não perder a esposa, a Censura avaliou que o diálogo com ela sobre o assunto deveria permanecer, “porque do contrário caracterizaria uma situação homossexual do personagem, o que não condiziria com a verdade. A nosso ver é imperioso [sic] a permanência do diálogo para que o personagem assuma sua verdadeira característica e desapareça a conotação amoral até agora existente”.<sup>17</sup> Só assim iriam se dissipar as dúvidas acerca da sua sexualidade, esclarecendo-se que o voto fora feito exclusivamente por devoção religiosa. Conceitos e preconceitos da censura, do censor, do autor e, possivelmente do público e da época.

---

<sup>17</sup> Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Parecer n. 4516/73 (Cap. 121). Brasília, 22 de junho de 1973. Arquivo Nacional/DF. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, 2 pp.